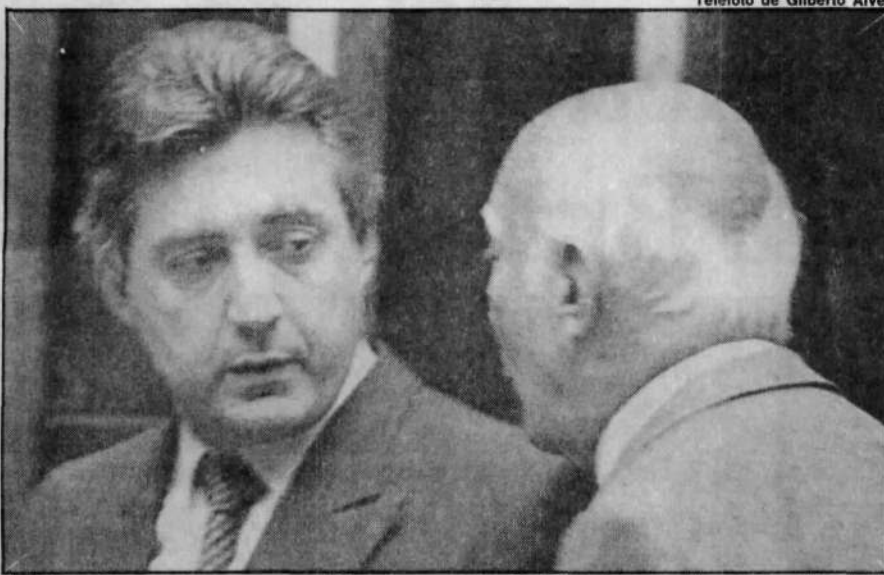


Manobra esvazia questões de ordem e desarma estratégia de 'moderados'

BRASÍLIA — Com duas decisões adotadas e outra anunciada informalmente, o Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, esvaziou ontem o confronto que se desenhava no plenário da Assembleia em torno do projeto de resolução do grupo "moderado", que pretendia alterar o Regimento Interno para permitir a apresentação de emendas substitutivas a capítulos e títulos do novo projeto de Constituição. Ulysses satisfez parcialmente a todas as correntes e "ficou com os méritos", segundo afirmou o Líder do Governo, Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), um dos principais articuladores do "Centrão".

O tumulto previsto para a sessão plenária da Constituinte, à tarde, não ocorreu e o projeto do "Centrão" sequer chegou a ser apresentado. Os líderes do grupo se reuniram à noite para discutir o que fazer com seu manifesto, o projeto e as assinaturas recolhidas.

O esvaziamento do confronto, cogitado por Ulysses desde a terça-feira, estabeleceu-se em definitivo no meio da tarde, quando ele anunciou ao plenário decisões que anteciparam todas as questões de ordem que o "Centrão", então sob o comando de



Afif Domingos conversa com Ulysses, nos bastidores, buscando o entendimento

Carlos Sant'Anna, apresentaria à Mesa.

— O Ulysses Guimarães respondeu antes de serem feitas cerca de dez ou 12 questões de ordem que estávamos prontos para apresentar — confiou Sant'Anna. Quando o Líder do Governo apresentou uma questão de ordem, Ulysses já não estava em plenário.

Na Presidência da sessão, o que

Ulysses anunciou foi o cancelamento das votações simultâneas da Comissão de Sistematização e do plenário. A decisão atendeu uma das reivindicações do "Centrão". Ulysses decidiu também reduzir o prazo de trabalho da Comissão de Sistematização, ampliando o período das sessões diárias, marcando reuniões também aos domingos e fixando o dia 15 como limite para o encerramento das vota-

ções. A conclusão dos trabalhos da Sistematização é uma reivindicação dos "progressistas".

Ulysses não anunciou ao plenário, mas deverá atender hoje uma reivindicação do "Centrão" que agrada a todos: abrir um prazo de 48 horas para a apresentação de emendas novas aos artigos. O "Centrão" queria apresentar emendas a títulos e capítulos, mas acolheu a fórmula conciliatória do Presidente da Constituinte.

— Ficou bem assim. Tirou a vulnerabilidade da Constituinte e mostrou que o nosso movimento está com uma força emergente — declarou Sant'Anna.

Segundo o Líder do PMDB, Senador Mário Covas (SP), "Ulysses afastou a tese da ilegitimidade do funcionamento da Sistematização e do plenário. Assim, retirou elementos de tensão da Constituinte".

O Presidente da Constituinte fez pouco caso, publicamente, da lista de adesões ao projeto apresentado pelo "Centrão".

— Quem tem 280 votos, aprova as emendas que quiser no plenário — comentou.

Antes, nos bastidores, conversara com todas as lideranças e costurara uma saída praticamente consensual, garantindo a Sistematização e apressando os trabalhos da Constituinte, que quer ver encerrados ainda este ano.

Ulysses diz que recurso ao STF é 'pseudo-ameaça'

BRASÍLIA — O Presidente da Assembleia Nacional Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), considerou uma "pseudo-ameaça" a intenção de um grupo de parlamentares de recorrer ao Supremo Tribunal Federal contra sua decisão de permitir que o plenário da Constituinte começasse a deliberar sobre os dispositivos já aprovados pela Sistematização. Segundo ele, uma ação desta natureza não tem qualquer respaldo jurídico e seria "atentatória à soberania da Constituinte".

Segundo Ulysses, tal grupo considera a apreciação parcial do substitutivo pelo plenário, medida tomada para acelerar os trabalhos, uma violação ao artigo terceiro da emenda nº 26, que convocou a Constituinte. Esse dispositivo estabelece que o texto da Constituição será aprovado em dois turnos de votação.

— Qualquer juiz de roça julgaria preliminarmente como inepta uma pretensão dessa ordem.

Em seguida, o Presidente da Constituinte informou ao plenário o novo horário de funcionamento da Comissão de Sistematização, com reuniões até aos domingos, e o novo prazo para a entrega do substitutivo ao plenário para o início de novas discussões, o próximo dia 16.

Plenário debate Regimento e não vota substitutivo

BRASÍLIA — A sessão de ontem da Constituinte, que seria destinada à votação do texto já aprovado pela Comissão de Sistematização, acabou servindo apenas para que a tentativa de alteração do Regimento Interno fosse criticada por "progressistas" e defendida por "moderados". Os adversários da proposta consideravam-na um golpe, por ter surgido apenas quando se completa dez meses de funcionamento da Assembleia. Os que a defendiam afirmavam estar apenas zelando pelo direito da maioria de participar do processo de elaboração da nova Constituição.

O Deputado Adylson Mota (PDS-RS) afirmou ter assinado a proposta para permitir que os destaques não apreciados pela Sistematização sejam votados pelo plenário da Constituinte. Ele ressaltou que irá se consideraria traído se a emenda ao Regimento fugir deste propósito. Adylson criticou a Mesa por ter tomado decisões e escolhido as emendas que seriam votadas pela Sistematização sem consultar os autores.

Por sua vez, Del Bosco Amaral (PMDB-SP) afirmou ter assinado a proposta do "Centrão" em protesto contra o "Imperador Ulysses". Aos que afirmavam ser a alteração do Regimento um golpe contra a Constituinte, ele respondia que o Deputado Ulysses Guimarães foi quem mais desrespeitou as normas que regem os trabalhos da Constituinte. Chegou a acusar o Presidente da Assembleia de querer "desestabilizar o Governo para chegar mais perto do poder".

O Líder do PDS, Deputado Amaral Neto (PDS-RJ), afirmou que apoiava a proposta de alteração do Regimento para que o interesse de 280 constituintes fosse respeitado. Ele afirmou estar cansado de ser rotulado de "representante da direita e vendido às multinacionais" e, por isso, fazia questão de demonstrar seu apoio à política de Mikhail Gorbachev — dirigente máximo da União Soviética — e à nova política adotada pela China, enquanto os representantes da esquerda, segundo ele, continuam a apoiar regimes violentos.

Contra a proposta do "Centrão", José Genoíno (PT-SP) afirmou que nenhum dos dispositivos aceitos até agora poderão ser aprovados sem o apoio da maioria da Constituinte. Para que o texto seja alterado, serão necessárias apenas 35 assinaturas pedindo a votação de destaques. Por isso, considerou improcedentes as afirmações de que alguns constituintes estão sendo menosprezados.